



SEÇÃO LIVRE

A lusofonia enquanto olhar pós-colonial: um percurso difícil que afetou a consolidação da CPLP. Análise do discurso dos média lusófonos online

Lusophony as a post-colonial perspective: a difficult journey that affected the consolidation of the CPLP. Analysis of the discourse of Portuguese-speaking media online

La lusofonia como perspectiva poscolonial: un camino difícil que afectó la consolidación de la CPLP. Análisis del discurso de los medios de comunicación portugueses en línea

Vitor de Sousa¹

orcid.org/0000-0002-6051-0980
vitorsousa@utad.pt

Fábio Ribeiro²

orcid.org/0000-0001-8071-6145
fabior@utad.pt

Recebido em: 31 ago. 2023.

Aprovado em: 22 set. 2023.

Publicado em: 26 nov. 2024.

Resumo: A lusofonia é um conceito pós-colonial, não podendo ser encarado em associação com qualquer tipo de 'portugalidade', termo cunhado durante o Estado Novo e alinhado com o slogan "Portugal do Minho a Timor", então vigente. A lusofonia ficaria, desde logo, amputada se correspondesse apenas aos falantes de português espalhados pelo mundo e não consubstanciasse um lugar simbólico e cultural, extravasando essa correspondência semântica de proximidade que lhe esteve na origem, num mundo cada vez mais globalizado, que se inscreve no presente. Desvia-se, assim, da ideia da existência de uma língua única e de um ideário sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas. Por não se tratar de um assunto encerrado, o passado colonial pode revelar-se problemático. O conceito de lusofonia encerra, assim, algumas clivagens, não tendo sido por acaso que o acordo de formalização da CPLP (1996) tenha deixado de fora a palavra, não devido a uma mera coincidência, mas por remeter etimologicamente para uma centralidade portuguesa. E, mesmo que se afirme que já tudo foi escrito sobre a lusofonia, faltando apenas colocá-la em prática, ela não é consensual, havendo vários equívocos que têm que ser dirimidos para que se assuma na sua dinâmica pós-colonial. Este artigo propõe observar o percurso da lusofonia através da publicação de notícias nos média online lusófonos, que permita vislumbrar o alinhamento do que vai sendo publicado em relação com as políticas desenvolvidas por alguns países membros da CPLP, principalmente em Angola. Como metodologia, foi utilizada uma amostragem não probabilística, tendo o processo sido desenvolvido por acessibilidade ou conveniência. A recolha de dados foi feita através de documentação indireta, em que na pesquisa se utilizaram as notícias dos média lusófonos que estavam disponíveis online.

Palavras-chave: colonialismo; pós-colonialismo; lusofonia; 'portugalidade'; CPLP.

Abstract: Lusophony is a postcolonial concept that cannot be viewed in association with any kind of 'Portugality' ['portugalidade'], a term coined during the Estado Novo [the portuguese fascism] and aligned with the slogan "Portugal from Minho to Timor" ["Portugal do Minho a Timor"], so in vogue. Lusophony would soon be amputated if it corresponded only to Portuguese speakers around the world and did not substantiate a symbolic and cultural place, overcoming this semantic correspondence of proximity that originated in an increasingly globalized world, which is inscribed in the present. It thus deviates from the idea of a single language in various countries (all former Portuguese colonies), beyond



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); CICANT – Universidade Lusófona, Portugal.

² Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); CICANT – Universidade Lusófona; CECS – Universidade do Minho, Portugal.

and an ideal without which there would be no promise of continuity between Portugal and its then overseas provinces. As this is not a closed issue, the colonial past can be problematic. The concept of Lusophony thus concludes with some cleavages. To exemplify it, is the fact that the CPLP-Community of Portuguese-Speaking Countries formalization agreement (1996) left the word out, not merely from the treaty of coincidence, but because it etymologically refers to a Portuguese centrality. And even if it is stated that everything has already been written about Lusophony, at least in theory, the concept is not consensual, and there are several misconceptions that have to be resolved in order to assume its postcolonial dynamics. This article proposes to observe the path of Lusophony through the publication of news in Lusophone online media, which allows us to glimpse the alignment of what is being published regarding the policies developed by some CPLP member countries, especially in Angola. A non-probabilistic sampling was used as a methodology, in which the process was developed through accessibility or convenience. Data collection was done via indirect documentation, in which research news from the Lusophone online media were taken.

Keywords: Colonialism; Postcolonialism; Lusophony; 'Portugality' ['Portugalidade']; CPLP.

Resumen: La lusofonia es un concepto poscolonial que no puede verse en asociación con ningún tipo de 'portugalidad' ['portugalidade'], un término acuñado durante el Estado Novo (el fascismo portugués) y alineado con el lema "Portugal del Miño a Timor" ["Portugal do Minho a Timor"], tan de moda. La lusofonia pronto sería amputada si correspondiera únicamente a los hablantes de portugués en todo el mundo y no fundamentara un lugar simbólico y cultural, superando esta correspondencia semántica de proximidad originada en un mundo cada vez más globalizado, que se inscribe en el presente. Se desvía así de la idea de una lengua única en varios países (todas las antiguas colonias portuguesas), más allá de un ideal sin el cual no habría ninguna promesa de continuidad entre Portugal y sus entonces provincias de ultramar. Como no se trata de una cuestión cerrada, el pasado colonial puede resultar problemático. El concepto de lusofonia concluye así con algunas divisiones. Para ejemplificarlo, está el hecho de que el acuerdo de formalización CPLP-Comunidad de Países de Habla Portuguesa (1996) omitió la palabra, no sólo por coincidencia, sino porque etimológicamente se refiere a una centralidad portuguesa. Y si bien se afirma que sobre la lusofonia ya está todo escrito, al menos en teoría, el concepto no es consensuado, y hay varios conceptos erróneos que es necesario resolver para asumir su dinámica poscolonial. Este artículo se propone observar el camino de la lusofonia a través de la publicación de noticias en medios lusófonos online, lo que permite vislumbrar el alineamiento de lo que se publica respecto de las políticas desarrolladas por algunos países miembros de la CPLP, especialmente en Angola. Se utilizó como metodología un muestreo no probabilístico, en el que el proceso se desarrolló por accesibilidad o conveniencia. La recolección de datos se realizó a través de documentación indirecta, en la que se tomaron noticias de investigación de los medios en línea lusófonos.

Palabras clave: colonialismo; poscolonialismo; lusofonia; 'portugalidad' ['portugalidade']; CPLP.

Introdução

O tempo pós-colonial não cancela o tempo colonial, embora o recicle. Como metáfora desse tempo passado-presente, e por não se tratar de um assunto encerrado, onde a força das ideologias e dos reusos poderá alterar profundamente, ou até inverter, os modos da sua evocação, o passado colonial pode revelar-se problemático. A lusofonia, enquanto conceito pós-colonial que é assumido neste artigo, não foge à regra. E, para que seja efetivada terá que passar por um estádio em que os equívocos em que navega sejam desfeitos. Mesmo que a descolonização administrativa dos países que foram colônias portuguesas tenha sido efetivada, sendo hoje todos eles países autodeterminados, o problema é mais vasto e tem que ver com as mentalidades. Por isso, só através de um processo de descolonização mental, será possível deitar por terra as forças que impedem a lusofonia de se desenvolver.

Para ultrapassar as fraturas existentes – quer do lado do colonizador, quer do colonizado –, é necessário abrir as narrativas históricas dos vários países, interligando-as e possibilitando que as heranças coloniais sejam desafiadas, promovendo, em rede, a diversidade das respetivas cartografias e, concomitantemente, a interculturalidade. E, sendo verdade que durante o período colonial português vigorava uma espécie de interculturalidade invertida, com o acento tónico na ideia de 'portugalidade', o certo é que há quem o associe ao tempo das descobertas portuguesas, numa inspiração claramente luso tropical.

Os média veiculam, nomeadamente através da difusão noticiosa, com as suas regras de produção muito próprias, uma determinada construção social da realidade. Todo esse processo tem relevância na interpretação que os cidadãos fazem da realidade mediática, que apresenta determinados contornos, muitas vezes desfasados da "realidade-real". Muito embora essa constatação faça sentido, nomeadamente para se poder circunscrever o olhar para um objetivo concreto, o certo é que não existe nenhuma realidade objetiva. Isso acontece tanto nos regimes

democráticos, através do escrutínio do poder, mas também – e de forma mais perniciososa, devido à censura subjacente –, em sistemas sociais mais fechados, quase ditatoriais, refletindo a voz do poder.

Por isso é que o mundo que emana dos média online (e de rodos os media) é construído e representa uma porção ínfima da realidade. Compreensível, devido a fatores mais operacionais, como o tempo e o espaço, e outros de razão financeira, ideológica e política. O facto é que os média, que deveriam difundir a verdade, difundem a 'sua' verdade, o que está a acontecer cada vez com mais frequência devido à crise financeira que afetou, também, o sector e que vai para além dos problemas ligados à digitalização da informação e da Internet. Sendo a realidade uma construção, a que é desenvolvida pelos média, neste caso particular, dos média lusófonos online³, reforça ou desafia as estruturas sociais de poder e a lusofonia, nomeadamente a CPLP? Contribui ou obstaculiza o propalado 'consenso social'?

Neste artigo, pretende-se observar a forma de como a lusofonia, e a própria CPLP, é representada nos média lusófonos online, tentando perceber, em determinados momentos, se ela se assume como caixa de ressonância do poder.

1 'Portugalidade', lusofonia e lusofonias

A "portugalidade"

O termo "lusofonia", segundo *Le Petit Robert* (1949), foi inventado por analogia com o francês (Fonseca, 2001), sendo uma palavra que surge em 1950 na dicionarização. Cármen Maciel (2010), que mapeou o campo interpretativo da lusofonia, concluiu que a palavra "lusofonia" só aparece nas obras de referência a partir de 1972. É em 1969, no entanto, que a palavra é impressa pela primeira vez num manual sobre 'portugalidade', da autoria de António Ferronha, tipificando-a no seu significado literal, sendo-lhe associada a ideia

de uma língua única e um ideário, sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas.

Conforme concluiu na sua investigação Sousa (2015, 2021b) o conceito 'portugalidade' decorre de uma lógica estado-novista que visava que as ex-colónias fossem vistas pela ONU não como territórios autónomos, mas como parte integrante do território português (províncias ultramarinas). Esta lógica foi corroborada pelo discurso parlamentar da Assembleia Nacional, a partir de 1951 (data da revogação do Ato Colonial), pela introdução da palavra nos discursos dos deputados. Toda essa estratégia ia no sentido de combater os movimentos independentistas que emergiam nas antigas colónias, defendendo a pertença desses territórios a Portugal, por via do seu 'destino histórico'. Esse facto seria sublinhado no discurso político da 'portugalidade', com a assunção de Portugal como um país uno e indivisível: "Portugal do Minho a Timor". E, ao contrário da 'portugalidade', que tem um recorte ideológico marcadamente colonial, tendo a palavra sido mesmo cunhada entre os anos 50 e 60 do século XX, em pleno Estado Novo, e em plena adoção do luso-tropicalismo pelo poder vigente, a lusofonia é um conceito pós-colonial. É por isso que ligar um termo ao outro constitui um contrassenso (Sousa, 2017, 2021a), já que a lusofonia não pode ser encarada, sob qualquer circunstância, com 'portugalidade', devido à ligação ao "Portugal colonial", que Eduardo Lourenço associa à ideia de "impensado". A derrocada do regime e das ideias multirraciais de Gilberto Freyre, dissimulando o racismo e o colonialismo, significou que os que as defenderam "nem sequer se deram conta de que o ideal da miscigenação [...] não é outra coisa que a expressão extrema do Colonialismo, traduzida sob o plano do sexo" (Lourenço, 2014, p. 55). É nessa perspetiva que Eduardo Lourenço repara que talvez valha a pena considerar não as roturas, mas sobretudo as continuidades que restaram do fim do império. O que provoca a mudança do olhar sobre os países

³ Designação assumida pelos autores como referência simples aos meios de comunicação social jornalísticos que operam no quadro dos países de língua oficial portuguesa.

onde se fala português, sendo o Brasil constitui o caso mais evidente.

A lusofonia

Falar de lusofonia implica, assim, abrir o significado da palavra, levando-o para além do seu sentido estrito. Ela ficaria amputada se correspondesse, apenas, aos falantes de português espalhados pelo mundo (Martins, 2006). A consideração desta variável na problemática da lusofonia faz toda a diferença nas possíveis produções de sentido da palavra, cuja utilização foi disseminada após a queda do 'império colonial português' tendo, por conseguinte, um recorte pós-colonial.

Muito embora a lusofonia seja muitas vezes encarada com um lastro que vai até aos Descobrimientos portugueses, não deixa de ser um termo pós-colonial, que decorre do fim do Império português. Durante o referido Império – a 'nação longe' (Richards, 1993) –, não era possível uma alusão à lusofonia por razões óbvias: isso implicava colocar ao mesmo nível os países falantes de português e, para Portugal, então colonizador, isso significava perder o domínio sobre os outros, "os gentios" (Santos, 1999), que estariam num patamar inferior. E, mesmo que a lusofonia remeta etimologicamente para Portugal, ela só pode ser percebida numa dinâmica descentrada, em que cada um dos países que a integram estejam no mesmo nível de independência, o que não acontece se se assumir a lusofonia com 'portugalidade', configurando por isso a associação entre ambos os conceitos um contrassenso.

Segundo Eduardo Lourenço, "aquilo que permitiria atribuir a verdadeira realidade e sentido à tão evocada lusofonia –, não pode, nem sequer metaforicamente, ser pensado e imaginado como espaço de portugalidade" (Lourenço, 2004, p. 186). A 'portugalidade' assume, assim, contornos de uma interculturalidade invertida (Stoer; Cortesão, 1999), já que a sua génese decorreu da tentativa de o Estado Novo promover a homogeneidade portuguesa, sublinhando uma maneira própria de estar no mundo e pretendendo marcar a dife-

rença entre 'nós', os portugueses, e os 'outros', os povos das ex-colónias (Sousa, 2015, 2017). Uma metanarrativa do regime, afinal, que foi progressivamente implodida já que revelava fraquezas e limitações, nomeadamente no que concerne ao conceito de identidade nacional, que não tem – como se fazia crer –, um recorte unidimensional e reificado, mas pluridimensional e feita de uma heteroglossia de traços não exclusivos dos portugueses (Morais, 2014).

Para ultrapassar as fraturas existentes – quer do lado do colonizador, quer do colonizado –, é necessário abrir as narrativas históricas dos vários países, interligando-as e possibilitando que as heranças coloniais sejam desafiadas promovendo, em rede, a diversidade das respetivas cartografias (Meneses, 2018) e, concomitantemente, a interculturalidade. Tanto mais que, como assinala Marc Ferro (2009), a existência de ressentimentos é recíproca, não sendo apenas apanágio daqueles que, no início, eram identificados como vítimas, mas pode afetar ou inibir outras partes da contenda. Para além disso, cada vez mais estão em questão as noções de vítima e de perpetrador, pelo que no sentido de fazer face à falta de um quadro teórico no que concerne às discussões sobre privilégio, poder, violência e injustiça, o historiador Michael Rothberg (2019) propôs a noção de "sujeito implicado". O que não tem em vista deitar por terra as categorias de vítima e de perpetrador, mas inverter a tendência de, com apenas estas possibilidades, mesmo que antagónicas, e se olhe para a história de uma forma mais aberta.

As lusofonias

O conceito operativo de lusofonia utilizado neste artigo, associa-o a uma dinâmica pós-colonial, muito embora extravase a noção canónica que a circunscreve aos falantes de português espalhados pelo mundo, desviando-se, assim, da ideia da existência de uma língua única e de um ideário sem os quais não haveria promessa de continuidade entre Portugal e as suas então províncias ultramarinas. Para além disso, sublinhamos que o conceito de lusofonia adotado

está expurgado dos equívocos que encerra: olhar a lusofonia a partir da centralidade portuguesa; através da reconstrução das narrativas do antigo império; pela via do luso-tropicalismo e da ideia de colonização doce; e da narrativa de uma história do ressentimento (Martins, 2014).

Urge imaginar a lusofonia descolonizando as mentes dos seus protagonistas (Mbembe, 2017), sublinhando a ideia de que uniformidade não é o mesmo que homogeneidade (Bayly 2004), e que apenas uma "globalização intercultural e transcultural" pode contrariar a "globalização cosmopolita", enquadrando assim uma lusofonia inclusiva (Martins, 2017).

O conceito de lusofonia encerra, no entanto, algumas clivagens e, não obstante se afirmar que já tudo foi escrito, faltando apenas colocá-lo em prática (Real, 2012), o termo não é consensual.

Não terá sido por acaso que o acordo de formalização da CPLP (1996) tenha deixado de fora a palavra lusofonia, o que revela, desde logo, o desconforto existente no seio dos países que integraram a estrutura, e que marcaram, desde logo, uma posição clara, demarcando-se de um conceito que, não obstante se distanciar dos colonialismos e dos impérios, poderia ser olhado como uma cosmética de uma alegada política neocolonialista encapotada por parte de Portugal (Sousa, 2021a, 2021b).

Também não é de estranhar que as opiniões sobre o assunto não sejam, ainda hoje, consensuais. Alfredo Margarido (2000), por exemplo, refere-se à lusofonia como resultado da expansão portuguesa e da língua, sendo que o conceito não se pode separar de uma certa carga messiânica. Já Eduardo Lourenço (2004), sustenta que a lusofonia não é nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico, sendo que a ela está subjacente a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural. Por seu turno, Dominique Wolton (Público, 2006), diz que a lusofonia é uma batalha fundamental num contexto de globalização, acrescentando que Portugal deve abandonar a culpabilidade em relação ao passado colonial e assumir uma dinâmica de igualdade com o mundo lusófono.

Para Moisés Martins (2006), a lusofonia vai para além de uma significação meramente gramatical, sendo um termo assente na área cultural e de construção simbólica num mundo cada vez mais globalizado e que se inscreve no presente e com o destino do 'continente imaterial' dos países que a integram. Mia Couto, refere-se às 'lusofonias' (2009), em que a lusofonia não pode ser olhada como qualquer coisa em função de Portugal, ou de interesses de grupos portugueses, em que engrandecer o lugar do antigo colonizador pode ser, afinal, uma posição de colonizado. Já em 2018, o escritor, num texto de opinião que assinou no *Jornal de Notícias*, afirma que qualquer que seja a vontade das políticas, uma dinâmica de trocas está a acontecer a todo o momento, que enriquece reciprocamente as línguas e os seus falantes: "A língua portuguesa experimenta todos os dias os seus próprios limites nesse convívio com palavras e conceitos que pareçam estranhos. Porque como entidade viva ela não pode ser encarada num 'arrumário'. Mesmo que seja improvisadamente" (Couto, 2018).

O ex-presidente da República moçambicano, Joaquim Chissano (2013), chama a atenção para o facto de existir quem veja na lusofonia uma maneira de perpetuar a nostalgia do império, o que deve ser posto no passado, porque o que se persegue agora é um objetivo comum, assente no bem-estar dos povos que integram o espaço lusófono. António Pinto Ribeiro (2013), observa que a lusofonia tem sido alimentada pela esquerda mais retrógrada e pela direita mais nacionalista e nostálgica do império sendo, por isso, um logro, uma forma torpe de neocolonialismo, a última marca de um império que já não existe. Michel Cahen, prefere referir-se a uma lusotopia (2013), sustentando que é preferível utilizar essa expressão atribuída a Louis Marrou à de lusofonia, mesmo que no seu esforço de desconstrução não se pretenda negar ou relativizar as heranças, designando o conjunto de espaços e comunidades, qualquer que tivesse sido a sua língua do passado e atual, mais ou menos forjadas ou constituídas pela história da expansão portuguesa. Por isso, salienta que ela

não desenha um espaço identitário, nem mesmo linguístico (Sousa, 2015, 2021b).

Como assinala Sousa (2021a), o escritor José Eduardo Agualusa passa por cima de qualquer espécie de ressentimentos que possam emergir quando se aborda a lusofonia. Num texto de opinião que publicou no jornal *Expresso*, em 2019, salienta que a língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam. A língua de que se serve para escrever (que diz ser a "sua" língua), "não se restringe às fronteiras de Angola, de Portugal ou do Brasil", representando a soma de todas as suas variantes, de forma plural e democrática. Acrescenta que a imensa riqueza da língua "está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções". Nesse sentido, "aprisionar a língua portuguesa às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-lhe memória e destino". Concluiu sublinhando que, com o colapso do Império, o português libertou-se: "É nessa língua livre que eu me reconheço, e é por ela que luto" (Agualusa, 2019, p. 3).

De resto, como assinala Onésimo Teotónio Almeida, citado por Sousa (2015, 2017), há que ter sentido prático no desenvolvimento da própria lusofonia. E, se continuar a ser quase proibido utilizar a palavra, "que seja posta de lado mas que isso não constitua impasse. Sigamos essa tão portuguesa maneira de fazer de conta que não existe enquanto existe de facto", sendo que, se os interessados estiverem de acordo, a lusofonia "pode ser mais [...] sobretudo se deixarem de apenas falar. Em português naturalmente" (Almeida, 2008). O filósofo convoca Sartre para justificar o que se passa em relação à relutância em determinados setores em aceitarem a ideia de lusofonia, assinalando que, hoje, muitos académicos são vítimas da síndrome do medo das 'mãos sujas'. Dessa forma, "tudo o que cheira a colonialismo e luso-tropicalismo é mau", mesmo que os falantes da língua portuguesa "se sintam naturalmente enredadas na rede lusófona, porque as línguas fazem isso mesmo ao condicionarem as nossas

redes de contactos" (Melo, 2017, p. 40). Segundo Sousa (2015, 2017), a explicação para esse estado de coisas talvez seja dada por Cláudia Castelo (2010), que estudou a fundo o luso-tropicalismo. No prefácio ao livro *Um brasileiro em terras portuguesas*, de Freyre (2010), Castelo (2010) refere que, à semelhança de outros textos do sociólogo brasileiro (a quem é atribuída a paternidade do luso-tropicalismo), encerra contradições e ambiguidades difíceis de deslindar; ao mesmo tempo que exalta a benignidade da colonização portuguesa em África, a historiadora parece legitimar o regime colonial português no contexto do pós-II Guerra Mundial, colocando a comunidade lusotropical (comunidade de sentimento e de cultura) "acima dos estreitos nacionalismos, encarando a soberania portuguesa sobre as colônias como dispensável e transitória" (Castelo, 2010, p. 29). O que era equivalente a afirmar que "a comunidade luso tropical – transnacional ou supranacional – existia independentemente do império português". Nesse sentido, ao colocar o luso-tropicalismo num plano 'extracolonial', Freyre assegurou a sua sobrevivência depois da descolonização. "De certa forma, ele ainda hoje habita os discursos e os projetos de uma comunidade lusófona imaginada e em processo de formação/reconfiguração no quotidiano dos oito países de língua oficial portuguesa" (Castelo, 2010, p. 29).

Michel Cahen defende que a lusofonia não corresponde a nenhuma área cultural, mas a um espaço pós-colonial relativo, admitindo a existência de culturas nas lusofonias, "mas não sobre um plano global da comunidade cultural lusófona, a menos que se reduza somente à área luso-brasileira" (Cahen, 2010). O que se aplica, segundo o historiador citado por Sousa (2015, 2017), também à hispanofonia, francofonia e anglofonia. Nesse sentido, advoga que o que apelida de "identidade superficial" que é a lusofonia, "é típica de situações fluidas que alguns qualificam de pós-modernas". A lusofonia existe, muito embora Cahen sustente essa existência de forma relativa e contextual, "profundamente atravessada pela persistência da história dos

espaços heterogêneos nos quais ela perdura. É porque ela não poderia ser 'reificada' em uma comunidade humana unificada" (Cahen, 2010).

É nesse sentido que deixar de considerar as diferenças entre histórias coloniais e processos de colonização pode levar a impor sobre um povo a narrativa pós-colonial de um outro tornando assim esse povo ainda mais invisível, como assinala Ana Paula Ferreira (2007).

Tratando-se de um processo dinâmico, José Carlos Venâncio (2013, p. 85), diz entender que seria mais apropriado aludir às lusofonias, o que corresponderia "à maneira como os grupos com enquadramento local, regional ou nacional se posicionam perante a língua portuguesa, o que, além de outros fatores, depende da sua particularidade histórica". De um ponto de vista político, a lusofonia terá outro sentido, sendo o conceito invocado para sublinhar "uma valia a ser explorada em benefício de determinados interesses de ordem estratégica", de que é exemplo a criação da CPLP (1996, p. 85). Ora, o autor sublinha não ser este o conceito de cânone lusófono que pretende veicular, pelo que dele se afasta, bem como da correspondente "dimensão em que o cânone é entendido como uma norma instituída a partir de um conjunto de livros escolhidos e impostos como leitura obrigatória" (p. 86), valorizando uma perspectiva fundamentalmente sociológica. O que nos leva às identidades transculturais (Sousa, 2021a), conceito que passamos a explorar de seguida.

2 As identidades transculturais

No desenvolvimento das sociedades modernas, houve muitos teóricos que associavam ao avanço das transformações económicas, tecnológicas e políticas uma grande perigosidade sobre determinados grupos sociais, propondo como combate a essa ameaça, a preservação de certas práticas e tradições. Porém, o conceito de identidade cultural começou a ser questionado por algumas teorias culturais desenvolvidas no quadro das CSH, colocando em causa essa perspectiva. Dessa forma, a ideia de que a identidade cultural não pode ser reificada, entendida

como um conjunto de valores fixos e imutáveis que definem o sujeito e os grupos do seu meio social, passou a ser uma ideia que, embora não seja totalmente pacífica – bastando observar as dinâmicas constante dos média –, é hoje aceite na academia, sublinhado que a identidade não pode ser reificada. E, tal como a cultura, não é algo que seja ou imutável, estando em constante evolução e mutação de acordo com as experiências vividas por um indivíduo em sociedade (Sousa, 2021a, 2021b).

O conceito de cultura refere-se aos aspetos das sociedades humanas apreendidos e não herdados, sendo certo que as normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo. No passado, as identidades eram mais conservadas devido à falta de contacto entre culturas diferentes. Com a globalização, isso mudou, fazendo com que as pessoas interagissem mais entre si e com o mundo ao seu redor, incrementando uma aparente diversidade, mas que acaba por ter um recorte monolítico já que é mimetizado em qualquer parte do globo. Stuart Hall (1992) já sublinhara a ideia de que as identidades nacionais estão em processo de desintegração em consequência da homogeneização. O que veio consubstanciar a ideia de Berger e Luckmann (1999), de que a identidade de um indivíduo está sujeita a uma luta de inscrição em realidades por vezes conflitantes. Zygmunt Bauman (2001) referiu-se a uma "modernidade líquida" em que as identidades também são instáveis, tornando-se híbridas e deslocadas de qualquer vínculo local. Para minimizar o problema da crise de identidade.

É partir de um conceito de fronteira como espaço de articulação que Homi Bhabha (1998) promove a reformulação de vários outros conceitos como nacionalismo, representação e resistência e define a complexidade da relação colonial com base em categorias como ambivalência, hibridação e intersticialidade. A influência do autor foi crescendo através das lógicas de descentramento que põem em causa o essencialismo de categorias, nomeadamente, na definição do espaço da cultura como um "entre-lugar" ("in-between").

O *quenos* remete ao conceito de transculturalidade, que Wolfgang Welsch (1999) desenvolveu, descartando a ideia de culturas únicas. As culturas de hoje são geralmente caracterizadas pela hibridização e, para cada cultura, todas as outras culturas devem ser contidas internamente ou satélites. Como resultado, não há nada exclusivamente próprio. Basta pesquisar na internet a palavra transculturalidade e ela é imediatamente associada a um significado que vai além ou, mais abertamente, remete para a interculturalidade (Sousa, 2021a). Isso é interessante e foge da visão de Welsch, que vincula o conceito ao multiculturalismo, sem ver grandes diferenças entre eles.

Afef Benessaieh, no seu texto de 2010 *Amériques transculturelles – Transcultural Americas* ("Multiculturalismo, interculturalidade, transculturalidade"), esclarece que o termo "transculturalidade" é o mais comumente aplicado quando se quer enfatizar o constante processo de mudança cultural diante da globalização, sem poder distingui-los. É por isso que as relações de poder presentes nesses processos culturais podem enfatizar a história colonial. Por outro lado, o conceito de "transculturalização", criado por Fernando Ortiz (2005) em meados da década de 1940, define o fenômeno da transformação das culturas diante do encontro de diferentes culturas durante o processo de colonização, levando em consideração os efeitos da dominação da cultura hegemônica e opressão cultural dos povos colonizados nesse processo de mutação cultural.

Basta efetuar uma busca na Internet pela palavra "transculturalidade" para que esta seja associada de imediato a uma significação que vai "para além de" ou, de forma mais aberta, ligada à noção de interculturalidade (Sousa, 2021a). O que não deixa de ser interessante e se desvia do olhar de Welsh, que junta o conceito ao de multiculturalidade, não vislumbrando grandes diferenças entre ambos. O que, a nosso ver, não será totalmente verdade, bastando atentar em Cabecinhas e Cunha (2008) que tipificam a interculturalidade enquanto processo, o que significa que nele participam várias pessoas com desigualdades várias, transcendendo assim qual-

quer retórica multicultural. A interculturalidade está, assim, relacionada com os conceitos de aculturação e de sincretismo, mas distingue-se claramente da multiculturalidade, que pressupõe apenas o convívio de duas culturas estratificadas e hierarquizadas (Lacerda, 2016).

3 Enquadrar: expandir ou apagar? A linguagem do jornalismo

Os média veiculam uma determinada construção social da realidade, tendo como produto um processo que tem relevância na interpretação que os cidadãos fazem da realidade mediática, muitas vezes desfasados da "realidade-real". No final dos anos 1960, Maxwell McCombs e Donald Shaw procuravam compreender a influência dos média junto de um grupo de eleitores que se manifestavam indecisos quanto à votação nas presidenciais norte-americanas de 1968, entre Hubert Humphrey e Richard Nixon. A experiência foi desenvolvida em Chapel Hill, na Carolina do Norte, durante as eleições presidências que decorriam na altura. Em 1972, o estudo foi publicado e concluiu, de forma contundente, que os temas que preocupavam aqueles cidadãos coincidiam com os assuntos que eram trabalhados pelos jornalistas. Este território de coincidência representativa viria a dar origem à teoria do agenda setting. McCombs e Shaw perceberiam, nos anos seguintes, como se produziriam réplicas deste estudo, com a mesma orientação preconizada e validada por outros investigadores.

No entanto, Wanta, Golan e Lee (2004) sugerem que esta lógica também se aplica à conceptualização que o público utiliza para se referir aos países, entendidos como conjuntos agrupados de assuntos, tipificados, segundo uma determinada ordem conceptual para a qual contribuem os média. No caso específico deste trabalho, em que se exploram representações de países ao nível internacional, vale a pena sublinhar estudos como os de Adams (1982) e Emery (1989) que já denunciavam, nos anos 1980, a diminuição das editoriais "Internacional" nos principais jornais norte-americanos. Mais recentemente, Chang (1998) e Wu (2000) explicaram que esta diminuição de

interesse mediático pelo contexto internacional ainda apresentava outra característica mais perniciosa, na medida em que a Europa Ocidental praticamente triplicava a presença nas notícias, quando comparada com a América Latina ou África.

Neste efeito de contágio de representações, Gowing (1996) chamava a atenção para o facto de os média não conseguirem controlar as emoções concretas despertadas no público. Gilboa (2005) discordava, referindo que, por exemplo, as televisões de grande espetro a nível mundial conseguiam condicionar, eficazmente, todo um conjunto de políticas, a partir da cobertura dos grandes eventos a nível mundial.

Numa abordagem mais atual, onde toda a conjuntura tecnológica e digital praticamente reinventou grande parte do ecossistema mediático, a teoria do agendamento apresenta algumas nuances relativamente aos pressupostos originais. Com efeito, o próprio McCombs (2004) sugere a ideia de uma atribuição de agenda setting ou "de segundo nível". Esta perspetiva reconfigura a ideia avassaladora de efeito dos média, deslocando-a para o exercício de influência a partir de atributos, simulacros de uma realidade, pouco sedimentados. Na verdade, estas reconfigurações da teoria já tinham sido preparadas em 1963, quando Bernard Cohen explicava que a influência também se verificava na forma como os média moldam os assuntos e a forma como se pensa sobre eles. A segmentação dos efeitos, como refere Ferreira (2020), está inevitavelmente relacionada como fenómenos de individualização massivos, monitorizados por redes e algoritmos cada vez mais sofisticados. João Carlos Correia (2020) defende que a intervenção do cidadão comum no espaço público ainda provocou mais alguma confusão no agendamento que os média podem desencadear. Por isso, o investigador sugere que os novos enquadramentos sobre o agendamento desenvolvam uma análise capaz de incluir as diversas forças que se movem no espaço público. Reconhecendo a complexidade do contexto, Sousa (2020) acredita que a democracia pode desempenhar melhor as suas funções de

representatividade, naquilo que Saperas e Carrasco-Campos (2015) definem como "dimensão bidirecional de influência das agendas".

4 Metodologia e análise de dados

A metodologia adotada neste estudo é composta, assentando numa amostragem não probabilística (ou empírica), em que as comparações não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente da escolha efetuada por quem desenvolveu a investigação. Esta amostragem foi utilizada por não existir a lista completa do universo, não se sabendo, por conseguinte, a probabilidade de cada item ser selecionado para a amostra. É devido a esse constrangimento que não se podem generalizar os resultados obtidos com precisão estatística, não obstante o exercício, pelo seu grau de complexidade reduzido, levante poucas dúvidas em relação às leituras que permite. Mais a mais, a amostra foi intencional e desenvolvida mediante observação direta do investigador, no pressuposto de que este dispunha sobre o universo algum conhecimento mínimo e intuição (Pardal & Lopes, 2011; Quivy & Campenhoudt, 2008).

Foi desenvolvida uma amostragem por conveniência, que consistiu em selecionar uma amostra que fosse acessível, mas que não estivesse dependente de uma seleção por intermédio de um critério estatístico. Quanto à recolha de dados, ela foi feita através de documentação indireta, através da pesquisa de notícias dos média lusófonos online. Foi, também, utilizada alguma análise de conteúdo, assente numa hermenêutica controlada, por intermédio da inferência, oscilando entre a objetividade e a subjetividade (Bardin, 2018).

Numa investigação de doutoramento (Sousa, 2015, p. 454-458), foi mapeada a imprensa (portuguesa e de alguns PALOP) relativamente às notícias publicadas nos média lusófonos online, com especial incidência sobre as relações entre Portugal e Angola. Não obstante esse estudo estar datado, incidindo a análise sobre 11 notícias publicadas nos anos de 2013 e de 2014, sublinhando-se duas temáticas que tinham provocado polémica, nomeadamente no ano de 2013: a que

esteve envolvido o então ministro dos Negócios Estrangeiros português, Rui Machete, no seguimento de declarações suas à Rádio Nacional de Angola, em que pedira desculpas diplomáticas a Luanda por investigações criminais de Portugal a cidadãos angolanos⁴; e a publicação do artigo de opinião de António Pinto Ribeiro, no jornal *Público*, intitulado "Para acabar de vez com a lusofonia", e em que referia, por exemplo, que a lusofonia era "alimentada pela esquerda mais retrógrada e pela direita mais nacionalista e nostálgica do império", tratando-se de um "logro", uma "forma torpe de neo-colonialismo", a "última marca de um império que já não existe"⁵ (tabela 2). Das 11 notícias incluídas no estudo, dez iam no sentido não favorável da lusofonia e, apenas uma, se mostrava favorável (tabela 1).

As relações entre Portugal e Angola não eram as melhores e, mesmo no seio da própria CPLP, eram visíveis as clivagens, chegando a revista inglesa *Monocle*, num dossiê sobre lusofonia, a ter escrito em 2012, que as questões de Angola eram

pouco discutidas no âmbito daquela estrutura supranacional, sendo que a palavra "tabu" era a que melhor caracterizava esta situação. Para além disso, as decisões no seio da instituição, todas tomadas por consenso era, segundo a publicação, "um princípio admirável se isso se revelasse prático", observando que, muito embora "o Portugal-pai, ou o nouveau-riche Angola não sejam capazes de ditar os termos, o que significa que o processo de decisão pode ser longo e demorar muito tempo para se chegar a um acordo" (Bloomfield, 2012, p. 46). Na altura, Angola vivia a prosperidade decorrente da venda do petróleo, facto que a *Monocle* não deixava escapar, observando o peso daquele país no seio da CPLP por via disso. E, muito embora lembrasse que Portugal, enquanto ex-colonizador, não tivesse a importância de outrora naquele país africano, Angola investia muitos milhões de dólares em Portugal, decorrentes do petróleo (tabelas 1, 2, 3, 4, 5, e gráfico 1).

TABELA 1 – Notícias nos média lusófonos online, sobre a crise na relação entre Portugal e Angola – favoráveis [2013 – 2014]

Título	Fonte	Data de acesso
Saudação a um 'anti-lusófono' (opinião de Renato Epifânio – resposta a APR)	O Diabo	9-6-2014

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 2 – Notícias nos média lusófonos online, sobre a crise na relação entre Portugal e Angola – não favoráveis [2013 – 2014]

Título	Fonte	Data de acesso
Criminosos portugueses contra as suas próprias vítimas, o Jornal de Angola defende a atitude do MNE português	Expresso	6-10-2013

⁴ Essa situação motivou uma forte reação do *Jornal de Angola*, um órgão de informação estatal que, em diversas ocasiões, aproveitou para enaltecer o governante português, alegando que Portugal não tinha nada que investigar altos dignitários angolanos, colocando em causa as relações bilaterais, bem como a lusofonia e desenterrando vários fantasmas coloniais, acusando alguns setores da sociedade portuguesa de neocolonialismo. A postura de Rui Machete foi criticada por diversos setores da sociedade portuguesa, posicionados na sua grande maioria à esquerda, embora também tivesse tido manifestações públicas de apoio, nomeadamente por parte do PSD, o maior partido da coligação governamental, à qual Rui Machete pertencia (Sousa, 2015, p. 455).

⁵ O que motivou várias reações nas páginas daquele diário, com respostas de Renato Epifânio, presidente do MIL-Movimento Internacional Lusófono, que o acusou de "persistir nalguns equívocos grotescos", e contrarrespostas do próprio António Pinto Ribeiro, como se pode observar através da tabela 1 (Sousa, 2015, p. 456).

Título	Fonte	Data de acesso
Jornal de Angola diz que Portugal 'não tem moral para dar lições às ex-colónias'	Jornal de Angola	10-10-2013
"Editorial do <i>Jornal de Angola</i> justifica fim da parceria estratégica com Portugal"	Jornal de Notícias	16-10-2013
"Adeus, lusofonia", titula em editorial o <i>Jornal de Angola</i>	África21 Digital	21/10/2013 [descontinuado]
"<i>Jornal de Angola</i> saúda visita de Assunção Esteves" ("A presidente da Assembleia da República Portuguesa é [...] anticolonialista")	Diário de Notícias	1/11/2013
Oposição não poupa críticas às declarações de Rui Machete	sapo.pt (vídeos)	10/11/2013
Ainda a Lusofonia (opinião de António Pinto Ribeiro)	Público	7-2-2013
"Podemos ter presente?" (opinião de António Pinto Ribeiro)	Público (Ipsilon)	28-5-2014

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 3 – Notícias online 'lusófonas' sobre a crise na relação entre Portugal e Angola [2013 – 2014]

Anos	Frequência
2013	10
2014	1
Total: 11	

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 4 – Notícias online 'lusófonas' sobre a crise na relação entre Portugal e Angola – favoráveis [2013 – 2014]

Anos	Frequência
2013	0
2014	1
Total: 1	

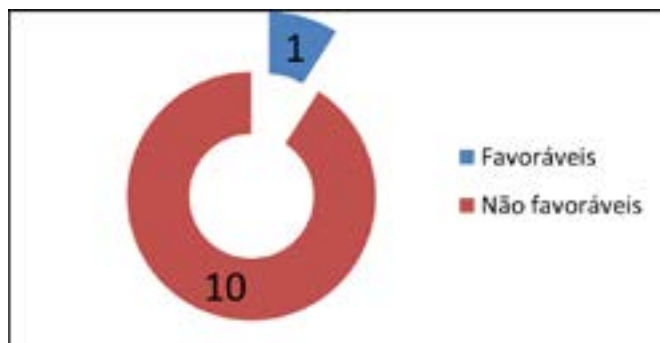
Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 5 – Notícias online 'lusófonas' sobre a crise na relação entre Portugal e Angola – não favoráveis [2013 – 2014]

Anos	Frequência
2013	9
2014	1
Total: 10	

Fonte: elaborada pelos autores.

Gráfico 1 – Notícias online 'lusófonas' sobre a crise na relação entre Portugal e Angola – favoráveis e não favoráveis [2013 – 2014]



Fonte: elaborada pelos autores.

Esta espécie de lembrete sobre as relações entre Portugal e Angola serviu para enquadrar a temática, evidenciando os imensos problemas no trato bilateral, com o *Jornal de Angola* – uma espécie de órgão oficial do Governo angolano –, quase que diariamente, a veicular notícias hostis em relação a Portugal e, muitas vezes, criticando a postura de Lisboa, associando-a a uma espécie de prática neocolonial. Claro que os tempos mudaram e a crise veio alterar o estado de coisas, para além da própria mudança de protagonistas, em Angola, decorrente das eleições que se realizaram no país, saindo de Presidente da República José Eduardo dos Santos, dando o lugar, em 2017, a João Lourenço.

Para além disso, com a tomada de posse do Presidente da República português, Marcelo Rebelo de Sousa, em 2016, houve um esforço diplomático para que as relações entre os dois países ficassem desanuviadas, o que se consubs-

tanciou com a visita do Presidente angolano a Portugal e com a retribuição da visita pelo chefe de Estado português. Bastará, para o efeito, recordar aquele que ficou conhecido pelo episódio do "irritante", que consubstancia o caso que envolveu Manuel Vicente, antigo vice-presidente de Angola, no âmbito da denominada *Operação Fizz*, que envolve alegados crimes de corrupção imputados ao ex-procurador Orlando Figueira, ao advogado Paulo Branco e ao empresário Armindo Pires. Durante mais de ano e meio o "irritante" fez correr muita tinta em Portugal e em Angola, e só esfriou depois de o Ministério Público português ter enviado para a justiça angolana o processo em que Manuel Vicente é acusado de corrupção e branqueamento de capitais, normalizando-se logo a seguir as relações entre os dois países, como o atestam as notícias saídas nos média lusófonos online, todas favoráveis à lusofonia (tabelas 6, 7, 8, 9, e gráfico 2).

TABELA 6 – Notícias sobre as relações entre Portugal e Angola, após a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República portuguesa [2018 – mar. 2019]

Título	Fonte	Data de acesso
Portugal/Angola: "Irritante" na fase final em Lisboa e "em análise" em Luanda	Diário de Notícias	19-11-2018
Imprensa angolana destaca "fim dos irritantes" e futuro da cooperação económica	24.sapo.pt	24-11-2018
Visita de Marcelo a Angola: Uma "viagem de afetos" quando "feridas" do passado ainda estão "frescas"	Jornal de Negócios	3-3-2019

"Não existe qualquer irritante" nas relações entre Angola e Portugal	SIC-Notícias	5-3-2019
Marcelo em Angola. "Regresso a uma casa que sinto como minha"	Diário de Notícias	5-3-2019
Angola: Marcelo termina visita de Estado no dia em que cumpre três anos de mandato/Presidente da República afirma que foi "uma opção intencional"	TVI-24	9-3-2019
Angola e Portugal: cooperar em todos os domínios (opinião de Augusto Santos Silva, ministro dos negócios Estrangeiros de Portugal)	Jornal de Angola	11-3-2019
A competitividade da economia angolana (Opinião - editorial) [fala na visita de MRS: Esta posição da instituição bancária que foi dada a conhecer no fórum económico Angola/Portugal, realizado em alusão à visita de Estado do Presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, também, constitui uma nova janela de oportunidades; mudando o paradigma anterior]	Jornal de Angola	11-3-2019

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 7 – Notícias sobre as relações entre Portugal e Angola, após a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República portuguesa [2018 – mar. 2019]

Anos	Frequência
2018	2
3/2019	6
Total: 8	

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 8 – Notícias sobre as relações entre Portugal e Angola, após a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República portuguesa em sentido favorável [2018 – mar. 2019]

Anos	Frequência
2018	2
3/2019	6
Total: 8	

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 9 – Notícias sobre as relações entre Portugal e Angola, após a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República portuguesa em sentido não favorável [2018 – mar. 2019]

Anos	Frequência
2018	0
3/2019	0
Total: 0	

Fonte: elaborada pelos autores.

Gráfico 2 – Notícias sobre as relações entre Portugal e Angola, após a tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República portuguesa – favoráveis e não favoráveis [2018 – mar. 2019]



Fonte: elaborada pelos autores.

Neste artigo, para além de atualizar a pesquisa sobre as relações entre Portugal e Angola, complementei-a com uma escolha de notícias alargada à própria lusofonia (saídas nos média lusófonos online). A amostra representa o período entre 2017 e março de 2019, tendo por base a pesquisa através da palavra-chave “lusofonia”, nos média online, subscritos por e-mail, via Google. Dessa informação, foram selecionadas as notícias que interessavam para este trabalho, utilizando o enquadramento teórico de “lusofonia” evidenciado no início deste artigo, deixando de fora todas as notícias (36, no total) em que a palavra “lusofonia” foi utilizada apenas para significar de “falar português”. Ao todo, foram recolhidas 80 notícias das quais, para esta investigação, foram escolhidas apenas 44: 33 notícias relativas a conteúdos a favor da lusofonia e 11 relativas a conteúdos não favoráveis à lusofonia (tabelas 10, 11, 12, 13, 14, e gráfico 3).

Das notícias selecionadas, a esmagadora maioria (75%) exprime um sentido favorável em relação à lusofonia, sendo as que se mostram não favoráveis não ultrapassam um terço do total, o que pode querer dizer alguma coisa em relação à temática. O que será mais significativo se tivermos em conta os conteúdos em que a problemática da lusofonia se desenvolve. Sintomático nos indicadores favoráveis à lusofonia, está a quantidade de artigos de opinião publicados nos média sobre o assunto, oriundos de diversos contextos políticos, o que pode querer dizer que a lusofonia é, de certa forma,

transversal à sociedade: “Lusofonia – herança e troféu de guerra”, de Moisés de Lemos Martins, um académico, no jornal *Correio do Minho*, 20-2-2017; “Vamireh Chacon e ‘O futuro político da Lusofonia’”, de Renato Epifânio, presidente do MIL-Movimento Internacional Lusófono, no jornal *O Diabo*, 6-3-2017; “Nós, zelotas da lusofonia, nos confessamos...”, de Renato Epifânio, no jornal *Público*, 21-4-2017; “Lusofonia: Portugal algum dia vai acordar?”, de Carlos Carreiras, presidente da Câmara de Cascais, eleito pelo PSD, no *Jornal i*, 26-4-2017; “O falso consenso em torno da Lusofonia”, de Renato Epifânio, no jornal *Público*, 28-4-2017; “O que vale a Lusofonia?”, de Carlos Carreiras, no jornal *Sol*, 30-5-2017; “A lusofonia não corresponde a um projeto neocolonialista”, pelo ministro da Cultura, Castro Mendes, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, 13-8-2017; “Por um Museu da Lusofonia”, de Renato Epifânio, no jornal *Diário de Notícias*, 25-5-2018; “Lusofonia e globalização”, opinião do comissário europeu Carlos Moedas ao *Jornal de Notícias*, 2-6-2018; “A lusofonia é o instrumento privilegiado de afirmação dos nossos povos e países no mundo”, entrevista de Vítor Ramalho, socialista, presidente da UCCLA-União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, ao *PORT.COM*, 2-7-2018; “Falta transformar a diáspora em força política global”, ideia defendida por Marques Mendes (PSD), ao jornal *Público*, 12-12-2018; “Da comunidade lusófona de Ciências Sociais e Humanas ao Museu Virtual da Lusofonia”, de Moisés de Lemos Martins, no jornal *Correio do Minho*, 17-12-2018.

TABELA 10 - Notícias nos média lusófonos sobre lusofonia em sentido favorável [2017 – 2019]

Título	Fonte	Data de acesso
Portugueses no CEFCO para conquistar parceiros do sector MICE da China	pontofinalmacau	13-1-2017
Lusofonia – herança e troféu de guerra (opinião, Moisés de Lemos Martins)	Correio do Minho	20-2-2017
Vamireh Chacon e “O futuro político da Lusofonia” (opinião Renato Epifânio)	O Diabo	6-3-2017
Escritores vão levar a lusofonia aos mais novos	Público	15-3-2017
Nós, zelotas da lusofonia, nos confessamos... (opinião Renato Epifânio)	Público	21-4-2017
Lusofonia: Portugal algum dia vai acordar? (opinião Carlos Carreiras)	Jornal i	26-4-2017
O falso consenso em torno da Lusofonia (opinião Renato Epifânio)	Público	28-4-2017
‘O que vale a Lusofonia?’ (Presidente Câmara Cascais)	Sol	30-5-2017
Marcelo envia “abraço caloroso” aos irmãos, aos amigos e à lusofonia no Dia dos Irmãos	sapo.pt	31-5-2017
Tito Paris: “Antes de alguém falar de Lusofonia, já a música juntava o mundo que fala português”	JN/DN – Noticias Magazine	10-6-2017
Tito Paris: “Gostava de ver uma bandeira da lusofonia”	Observador	2-7-2017
Luanda acolhe reunião anual da lusofonia (AG da União UCCLA)	Jornal de Angola	7-7-2017
O exílio dos escritores numa conversa à mesa da lusofonia	pontofinalmacau	27-7-2017
“A lusofonia não corresponde a um projeto neocolonialista” (ministro da Cultura, Castro Mendes, em entrevista)	Diário de Notícias	13-8-2017
Lula vai a São Francisco ver a Universidade da Lusofonia	bahia.ba	14-8-2017
Título	Fonte	Data de acesso
Edgar Morin elogia papel de Portugal na defesa dos valores da Europa do Sul	Público	28-10-2017
Afirmar a lusofonia e a francofonia como “contrapeso cultural” ao inglês (Congresso da Francofonia e da Lusofonia)	Diário de Notícias	7-12-2017
Lusofonia, francofonia e a hegemonia do inglês (novo livro de Marie-Laure Poletti)	Diário de Notícias	25-3-2018
Por um Museu da Lusofonia (opinião Renato Epifânio)	Diário de Notícias	25-5-2018
Lusofonia e globalização (opinião de Carlos Moedas)	Jornal de Notícias	2-6-2018
“A lusofonia é o instrumento privilegiado de afirmação dos nossos povos e países no mundo” (entrevista Vitor Ramalho, UCCLA)	PORT.COM	2-7-2018
LUSOCONF 2018 discutiu temáticas relevantes da lusofonia	A Voz de Trás-os-Montes	25-10-2018
Tito Paris: “Costumo dizer que gostaria de ver uma bandeira lusófona como se fosse a da União Europeia”	contacto	10-4-2018

"Falta transformar a diáspora em força política global", defende Marques Mendes	Público	12-12-2018
2018: Frases do ano (Lusofonia e África)	Diário de Notícias	14-12-2018
Da comunidade lusófona de Ciências Sociais e Humanas ao Museu Virtual da Lusofonia (opinião de Moisés de Lemos Martins)	Correio do Minho	17-12-2018
Marcelo em Angola numa lusofonia ameaçada (opinião Vítor Ramalho)	Público	6-3-2019
Marcelo defende "missão fundamental" da Lusa na projeção da lusofonia e coesão do país	impala.pt	10-4-2019
"A lusofonia tem potencialidades imensas, mas tem sido uma ferramenta de aproximação descuidada" (MIL - Lisbon International Music Network 2019)	24.sapo.pt	28-3-2019
MIL. Lusofonia é um palavrão que tem de se tornar sinónimo de globalidade. Pode a lusofonia dar música ao mundo? (MIL - Lisbon International Music Network 2019)	24.sapo.pt	28-3-2019
Festival da Língua Portuguesa Paulo Flores no FELPO. "Tenho esta lusofonia dentro de mim"	TSF	29-3-2019
Conclusões "rotundas" sobre o aproveitamento dos vínculos com a lusofonia [Galiza]	pgl.gal	3-4-2019

Fonte: elaborada pelos autores.

Do lado das notícias que se mostraram desfavoráveis à lusofonia, também se vislumbram artigos de opinião, nomeadamente os que corresponderam a uma polémica que se fez sentir em 2017 e que se prendeu com a visita do Presidente da República portuguesa a Gorée (Senegal) que foi, entre os séculos XV e XIX, um dos maiores centros de comércio de escravos do continente africano, a partir de uma feitoria fundada pelos Portugueses. Por não ter pedido desculpas pelo passado colonial português, Marcelo Rebelo de Sousa foi alvo de uma petição que juntou académicos, artistas, jornalistas, escritores e outros ativistas, salientando que o chefe de Estado deveria tê-lo feito. Nesse quadro, seguiram-se várias polémicas nos média portugueses, de que destacamos neste trabalho três artigos de opinião, todos publicados no jornal *Público*: "Portugal pode pedir desculpas? Quantas vezes forem necessárias", do académico Elisio Macamo (10-10-2017), "Pensar o passado fora da História", de João Pedro Marques, historiador e romancista (19-10-2017), e "Quem deve pedir desculpa?", do editor Guilherme Valente (7-11-2017). Foi, também,

publicado um artigo de opinião contestando a entrevista que o ministro da Cultura português de então dera ao jornal *Diário de Notícias* ("A Lusofonia, a ambivalência e as grelhas do ministro", do académico Pedro Shacht Pereira, no jornal *Público* (25-8-2017). Ao contrário do que foi fixado no quadro teórico deste artigo, em que encarar a lusofonia com 'portugalidade' configuraria um contrassenso, há uma notícia que observa o contrário, através da intervenção de um vereador da Câmara Municipal de Viseu ("A Feira de São Mateus confirma o seu estatuto de grande palco de verão da lusofonia", sendo "é um dos eventos de maior tradição da portugalidade" (*Diário de Notícias*, 26-4-2018).

Para além disso, incluiu-se um artigo de opinião do meteorologista Costa Alves, no jornal *Reconquista* (25-5-2018), intitulado "Cata Ventos: Fantasmas da Lusofonia"; são referidos os ecos chegados de Angola de que a lusofonia não seria um prioridade, o que aconteceu, como foi referido anteriormente, antes da visita do Presidente da República portuguesa ao território ("Angola dá sinais de que lusofonia não é prioridade", jornal

Público, em 6-6-2018); "A nova lusofonia chinesa, em que não se fala português" (plataformamacau.com, 7-12-2018) e, por último, uma notícia do jornal *Diário de Notícias*, em que o economista

Manuel Ennes Ferreira afirma que o "Interesse turístico pela lusofonia não se compadece com ideia de "países irmãos" (14-3-2019).

TABELA 11 – Notícias noas média lusófonos sobre a lusofonia em sentido desfavorável [2017 – 2019]

Título	Fonte	Data
A Lusofonia, a ambivalência e as grelhas do ministro (opinião Pedro Shacht Pereira)	Público	25-8-2017
"Portugal pode pedir desculpas? Quantas vezes forem necessárias" (opinião de Elisio Macamo)	Público	10-10-2017
"Pensar o passado fora da História" (opinião de João Pedro Marques)	Público	19-10-2017
"Quem deve pedir desculpa?" (opinião de Guilherme Valente)	Público	7-11-2017
Academias e instituições de cultura (opinião Diogo Ramada Curto)	Expresso	19-2-2018
Richie Campbell, Anselmo Ralph e Diogo Piçarra na Feira de S. Mateus, em Viseu (vereador da Cultura: "A Feira de São Mateus confirma o seu estatuto de grande palco de verão da lusofonia"; "é um dos eventos de maior tradição da portugalidade")	Diário de Notícias	26-4-2018
Ensinar a pescar? Para quê se o farelo não se... pesca?	jornalf8.net	20-5-2018
Cata Ventos: Fantasmas da Lusofonia (opinião Costa Alves)	Jornal Reconquista	25-5-2018
Angola dá sinais de que lusofonia não é prioridade	Público	6-6-2018
A nova lusofonia chinesa, em que não se fala português	plataformamacau.com	7-12-2018
Interesse turístico pela lusofonia não se compadece com ideia de "países irmãos"	Diário de Notícias	14-3-2019

Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 12 – Frequência da utilização da palavra 'lusofonia' nos média lusófonos online (2017 – mar. 2019)

Anos	Frequência
2017	22
2018	15
3/2019	7
Total: 44	

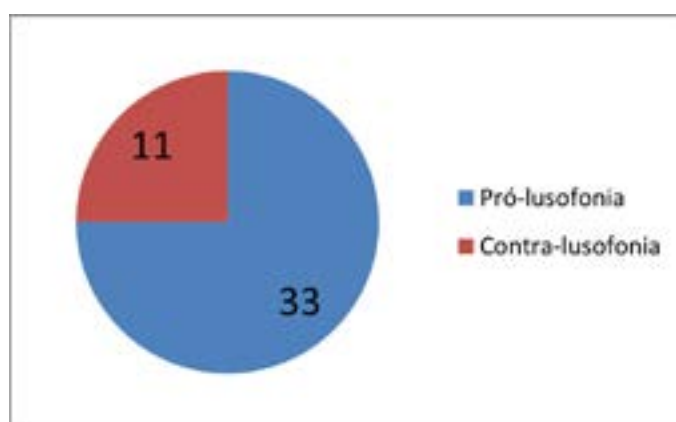
TABELA 13 – Frequência da utilização da palavra 'lusofonia' nos média lusófonos online, em sentido favorável (2017 – mar. 2019)

Anos	Frequência
2017	18
2018	9
3/2019	6
Total: 33	

TABELA 14 – Frequência da utilização da palavra 'lusofonia' nos média lusófonos online, em sentido desfavorável (2017 – mar. 2019)

Anos	Frequência
2017	4
2018	6
3/2019	1
Total: 11	

Gráfico 3 – Frequência da utilização da palavra 'lusofonia' nos média lusófonos online: de forma favorável e desfavorável (2017 – mar. 2019)



Considerações finais

O objetivo deste artigo era observar a forma de como a lusofonia e a própria CPLP são representadas nos média lusófonos online, tentando perceber, em determinados momentos, se se assumiam como caixa de ressonância do poder. Há que perceber que os média veiculam, através das suas regras de produção muito próprias, uma determinada construção social da realidade. Todo esse processo tem relevância na interpretação que os cidadãos fazem da realidade mediática, que apresenta determinados contornos, muitas vezes desfasados daquela que se pode denominar de "realidade-real" que, por diversas razões, não cabe no espaço mediático. Tanto mais que não existe nenhuma realidade objetiva.

Ora, sendo a realidade uma construção, a que é desenvolvida pelos média digitais lusófonos reforça ou desafia as estruturas sociais de poder? Contribui ou obstaculiza o propalado "consenso social"?

A problemática da lusofonia também navega

nesse contexto, sendo que o que se escreve sobre o assunto nos média da CPLP reflete a forma de como ela é encarada. Através da observação dos dados inscritos neste artigo é visível, ao longo do tempo, a mudança de posicionamento nomeadamente de Angola em relação a Portugal e à própria lusofonia, mesmo que se não concorde com o conceito.

Percebe-se, assim, a construção de uma realidade, por parte dos média, mormente nos média lusófonos online, que pode não refletir na globalidade o que se faz sentir, de facto, na sociedade "real". Esta forma de atuar dos média – que é suposto serem independentes do poder, por isso integram o que é apelidado de "Quarto Poder" -, resvala muitas vezes para outro tipo de situações, colocando-os ao serviço das instituições de poder, o que acontece com mais acuidade em regimes em que a democracia ainda não está em desenvolvimento pleno. Para além disso, há que ter em conta o que escreveu Steven Lukes (1974) sobre o recorte tridimensional do

poder, que não se exerce, apenas, 'obrigando' alguém a comportar-se de uma determinada maneira, sendo que ele tem maior eficácia quando se formatam preferências de modo a que todos aceitem o seu próprio papel, por não se vislumbrarem alternativas, o que é considerado de 'natural'. O que nos pode levar à forma de como a Comunicação Estratégica difunde o que é defendido por determinada estrutura de poder, sabendo-se que muito do que é veiculado decorre de fontes profissionais de informação.

O facto é que houve uma mudança de paradigma nas relações entre Portugal e Angola desde que Marcelo Rebelo de Sousa tomou posse como Presidente da República (2016) e, em Angola, a Presidência passou a ser exercida por João Lourenço (2017). Marcelo visitou Angola e Lourenço, Portugal, sendo que as relações bilaterais foram estabilizadas numa relação entre países que se consideram amigos e com um longo processo histórico, que chegou a ser posto em causa. O que pode levar a concluir que os média, no caso vertente dos média lusófonos online, tanto desafiavam como reforçavam as estruturas de poder.

Por outro lado, apesar das imensas potencialidades que a CPLP deixa transpirar, bastando atentar nos resultados evidenciados por este artigo, o seu espaço é pontuado por várias clivagens e divergências, e muitas dificuldades de organização interna que passam, na maior parte das vezes, por constrangimentos financeiros, bem como por pretensos protagonismos de alguns dos seus membros. Mesmo que se tenha presente que a ideia de lusofonia extravasa o sentido literal da palavra, o que se observa através dos dados que integram este artigo é que, não obstante ela seja muito mais do que um recorte económico decorrente de um alegado potencial económico da língua portuguesa, é este que prevalece, sendo que a tendência é global.

É por isso que a lusofonia deve apostar na globalização intercultural, contrariando a globalização cosmopolita, e ser declinada no plural. Para que a lusofonia descole de uma lógica apenas económica e possa desenvolver-se com um lastro mais cultural, urge desconstruir os equívocos

decorrentes de uma história da relação entre um 'eu' colonial e um 'outro' colonizador, mesmo que aparentemente isso implique alguma dose de utopia. É, de resto, a aceitação do 'outro' que há-de determinar o começo de uma dimensão ética (Eco, 1998), assumindo-se a ideia de 'outro', de forma omnipresente, que já não é abstrato nem distante, o que não significa que seja mais familiar ou compreensível (Wolton, 2004). Urge, por isso, imaginar a lusofonia, ou re-imaginá-la, descolonizando as mentes (Mbembe, 2017) dos seus protagonistas, de forma a permitir ultrapassar esses equívocos e dirimir ressentimentos (Ferro, 2009; Martins, 2014), podendo ir-se mais longe, olhando para a história de forma mais aberta (Rothberg, 2019).

Passos estão a ser dados nesse sentido, sendo visível a consolidação da CPLP, enquanto entidade democrática. Ainda em agosto de 2023, na cimeira da instituição, realizada na Guiné-Bissau, que preside nos próximos anos aos destinos da estrutura, entre outras boas notícias, está a aposta no reforço do orçamento, de 3,2 milhões de euros, após a aprovação do aumento de quotas em 27%, bem como a intensificação da mobilidade entre estados membros. É certo que, cada vez mais, a ideia de que Portugal seria o centro daquela estrutura política, está afastada, validando a investigação de Sousa (2015, 2017), de que não pode haver lusofonia com 'portugalidade', nem com qualquer outro recorte identitário essencial correspondente a cada país integrante da CPLP, ou do próprio mundo lusófono.

Referências

- ADAMS, W. C. Covering the world in ten minutes. In: ADAMS, W. C. (ed.). *Television coverage of international affairs*. Norwood: Ablex, 1982. p. 234-250.
- AGUALUSA, J. E. Por uma irmandade da língua. *Expresso*, Lisboa, p. 3, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniaao/2019-06-10-Por-uma-irmandade-da-lingua>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- ALMEIDA, O. T. A propósito de Lusofonia (à falta de outro termo): o que a língua não é. *Blogue História Lusófona*, ls. l., 7 maio 2008. Disponível em: <http://tinyurl.com/6tyl3uc>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel; Rio de Janeiro: Difusão, 1976.

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BAYLY, C. *The Birth of the Modern World, 1780-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Blackwell, 2004.
- BENESSAIEH A. *Amériques transculturelles – Transcultural Americas*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2010.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro, 1999.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Minas Gerais: UFMG, 1998.
- BLOOMFIELD, S. Something in common. *Monocle*, London, v. 57, n. 6, p. 33-34, 2012.
- CABECINHAS, R.; CUNHA, L.. Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In: CABECINHAS, R.; CUNHA, L. (ed.). *Comunicação Intercultural. Perspectivas, Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras, 2008. p. 7-12.
- CAHEN, M. 'Portugal is in the Sky': Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity, and Lusophony. In: MORIER-GENOUD, E.; CAHEN, M. (ed.). *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013. p. 297-315.
- CAHEN, M. Lusitanidade e lusofonia. Considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. *Plural Pluriel: revue des cultures de langue portugaise*, França, n. 7, 2010. Disponível em: <http://pluralpluriel.org/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- CASTELO, C. Prefácio. In: FREYRE, G. *Um brasileiro em terras portuguesas*. São Paulo: É Realizações, 2010. p. 11-29.
- CHANG, T. All countries not created equal to be news: World system and international communication. *Communication Research*, New York, n. 25, p. 528-566, 1998.
- CHISSANO, J. Há Quem Veja na Lusofonia Uma Nostalgia do Império. *Expresso*, Lisboa, p. 26, 19 jan. 2013. Disponível em: <http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/sociedade/552-ha-quem-veja-na-lusofonia-uma-nostalgia-do-imperio>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- COHEN, B. *The press and foreign policy*. Nova Iorque: Harcourt, 1963.
- CORREIA, J. C. A teoria dos efeitos e a construção de agendas populistas. In: CAMPONEZ, C.; FERREIRA, G.; RODRIGUEZ-DÍAZ, R. *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Labcom, 2020. p. 107-136.
- COUTO, M. Palavras que nos nascem. *Jornal de Notícias*, Porto, p. 84, 2 jun. 2018.
- COUTO, M. Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes. In: Couto, M. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Lisboa: Caminho, 2009. p. 183-198.
- CPLP. *Declaração Constitutiva*. [S. l.], 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3869.aspx>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- ECO, U. *Cinco escritos morais*. Alagés: Difel, 1998.
- EMERY, M. An endangered species: The international news hole. *Freedom Forum Media Studies Journal*, [S. l.], n. 3, p. 151-164, 1989.
- FERREIRA, A. P. Specificity without exceptionalism: towards a critical Lusophone postcoloniality. In: MEDEIROS, P. de (ed.). *Lusophones literatures and post-colonialism*. Utrecht: University of Utrecht, Portuguese Studies Center, 2007. p. 21-40.
- FERREIRA, G. O poder de agendamento na era dos novos media: quem define a agenda e com que consequências. In: CAMPONEZ, C.; FERREIRA, G.; RODRIGUEZ-DÍAZ, R. *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Labcom, 2020. p. 59-106.
- FERRO, M. *O ressentimento na história*. Lisboa: Teorema, 2009.
- FERRONHA, A. *Ideário de Portugalidade*. Consciência da Luso/Tropicalidade. Porto: Tipografia Marca/Angola: António Ferronha, 1969.
- FONSECA, F. V. P. Qual a origem histórica e linguística do termo lusofonia?, pergunta-resposta. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, [S. l.], 14 dez. 2001. Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=9960>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- GILBOA, E. The CNN effect: The search for a communication theory of international relations. *Political Communication*, [S. l.], p. 27-44, 2005.
- GOWING, N. Real-time TV coverage from war. In: GOW, J.; PATRSON, R.; PRESTON, A. (ed.). *Bosnia by television*. London: British Film Institute, 1996.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- LACERDA, T. Interculturalidade. In: DOMINGUES, F. C. (dir.). *Dicionário da expansão portuguesa (1415-1600)*. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016. p. 588-593.
- LE PETIT ROBERT, Lusofonia. Paris, 1949. Disponível em: <https://www.lerobert.com/dictionnaires/francais/langue/dictionnaire-le-petit-robert-de-la-langue-francaise-edition-abonnes-3133099010272.html>. Acesso em: 12 set. 2023.
- LOURENÇO E. *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- LOURENÇO E. *Destroços*. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios. Lisboa: Gradiva, 2004.
- LUKES, S. *Power, A Radical View*. London: Macmillan, 1974.
- MACIEL, C. *A Construção da Comunidade Lusófona a Partir do Antigo Centro: Micro-Comunidades e Práticas da Lusofonia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

- MARGARIDO, A. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MARTINS, M. L. Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia. In: SOUSA, V. de. *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Famalicão: Húmus/CECS, 2017. p. 9-20.
- MARTINS, M. L. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In: Bastos, N. (org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo: EDUC – IP-PUC, 2014. p.15-33.
- MARTINS, M. L. A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (ed.). *Comunicação e Lusofonia – Para uma Abordagem Crítica da Cultura e dos Media* Porto: Campo das Letras, 2006. p. 79-87.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2017.
- McCOMBS, M. *Setting the agenda: The mass media and public opinion*. Malden: Blackwell, 2004.
- McCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of the mass media. *Public Opinion Quarterly*, [S. l.], n. 36, p. 176-185, 1972.
- MELO, F. Onésimo o Nosso Primo da América. *LER*, Lisboa, n. 145, p. 27-41, 2017.
- MENESES, M. P. Colonialismo como violência: a "missão civilizadora" de Portugal em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. esp., p. 115-140, 2018.
- MORAIS, P. *Portugal sob a égide da ditadura: o rosto metamorfoseado das palavras*. Lisboa: Chiado Editora, 2014.
- ORTIZ, F. Los negros esclavos. Estudio sociológico y de derecho público. *Revista del CESLA*, Habana, n. 7, p. 21-31, 2005.
- PARDAL, L.; LOPES, E. S. *Métodos e técnicas de investigação social*. Maia: Areal, 2011.
- PÚBLICO. Dominique Wolton apela a "batalha pela lusofonia", Lisboa, p. 27, 2 jul. 2006.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.
- REAL, M. *A Vocação Histórica de Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.
- RIBEIRO, A. P. Para Acabar de Vez com a Lusofonia. Ípsilon (Público), Lisboa, p. 28-39, 18 jan. 2013.
- RICHARDS, T. *The imperial archive*. Knowledge and the fantasy of Empire. Londres: Verso, 1993.
- ROTHBERG, M. *The implicated subject*. Beyond victims and perpetrators. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- RTP. *Grande Entrevista – Eduardo Lourenço* [47'00 – 47'55]. Lisboa, 10 jun. 2015. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1718/e197923/grande-entrevista>. Acesso em: 13 ago. 2015.
- SANTOS, B. S. O Oriente: entre diferenças e desencontros. *Notícias do Milénio*, Lisboa, p. 44-51, 8 jul. 1999.
- SAPERAS, E.; CARRASCO-CAMPOS, Á. The operationalization of the concept of framing in the *Journal of Communication* (2009-2013). Objects of study, research techniques and theoretical construction. *Communication & Society*, Navarra, v. 28, n. 4, p. 49-66, 2015.
- SOUSA, J. A política, o digital e a democracia deliberativa. In: CAMPONEZ, C.; FERREIRA, G.; RODRIGUEZ-DÍAZ, R. *Estudos do Agendamento: Teoria, desenvolvimentos e desafios – 50 anos depois*. Covilhã: Labcom, 2020. p. 137-166.
- SOUSA, V. Identidades transnacionais e transculturais. Pós-colonialidade, lusofonias e interculturalidade. O caso do Museu Virtual da Lusofonia. *Chasqui: revista latinoamericana de comunicación*, Quito, n. 147, p. 103-120, 2021a. DOI: 10.16921/chasqui.v1i146.
- SOUSA, V. As marcas do luso-tropicalismo nas intervenções do Presidente da República português (2016-2021). *RCH: revista de ciências humanas*, Itajubá, v. 14, n. 2, p. 10-24, 2021b. DOI: 10.32813/2179-1120.2121.V14.N2.A744.
- SOUSA, V. *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Famalicão: Húmus/CECS, 2017.
- SOUSA, V. Da 'portugalidade' à lusofonia. 540 p. Dissertação (Doutoramento em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/38461>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- STOER, S. R.; CORTESÃO, L. "Levantando a Pedra" – Da Pedagogia Inter/Multicultural às Políticas Educativas numa Época de Transnacionalização. Porto: Afrontamento, 1999.
- VECCHI, R. Depois das testemunhas: sobrevivências. *Memoirs*, [S. l.], p. 18, 15 set 2018. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/MEMOIRS-encarte.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2023.
- VENÂNCIO, J. C. Lusofonia e Cãnone Lusófono. Da Controvérsia dos Conceitos à Manifestação de Duas Escritas a Partir da Margem. In: CRISTÓVÃO, F. *Ensaio Lusófonos*. Coimbra: Almedina, 2013. p. 83-99.
- WANTA, W.; GOLAN, G.; LEE, C. Agenda-setting and international news: Media influence on public perceptions of foreign nations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, New York, v. 81, n. 2, p. 364-377, 2004.
- WELSCH, W. Transculturality, the puzzling form of cultures today. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S. (ed.). *Spaces of culture: City, nation, world*. London: Sage, 1999. p. 194-213.
- WU, H. D. Systemic determinants of international news coverage: A comparison of 38 countries. *Journal of Communication*, [S. l.], v. 50, n. 2, p. 110-130, 2000.
- WOLTON, D. *A Outra Globalização*. Lisboa: Difel, 2004.

Vitor de Sousa

Doutorado em Ciências da Comunicação (área de especialização de Teoria da Cultura), pela Universidade do Minho, é Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É investigador do CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias da Universidade Lusófona. É membro da Sopcom (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação), onde coordena o GT de Comunicação Intercultural (2022-2026), da ECREA (European Communication Research and Education Association) e da MLA (Modern Language Association of America).

Fábio Ribeiro

Doutor Europeu em Ciências da Comunicação (área de especialização de Sociologia da Comunicação), pela Universidade do Minho e Universidade Autónoma de Barcelona, é Professor Associado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. É investigador integrado do CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias da Universidade Lusófona e investigador colaborador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. É Diretor da Licenciatura em Ciências da Comunicação na UTAD e Vice-Diretor do Mestrado em Ciências da Comunicação na UTAD. É Diretor de Informação e Conteúdos da UTAD TV.

Endereço para correspondência

VÍTOR DE SOUSA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS)
Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC)
Quinta de Prados, 5000-801
Vila Real, Portugal

FÁBIO RIBEIRO

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS)
Departamento de Letras, Artes e Comunicação (DLAC)
Quinta de Prados, 5000-801
Vila Real, Portugal

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.